

RÉPLICA DA MOÇÃO 3

ARMANDO COSSUTTA

Acompanhei e depois li com muita atenção a exposição de Occhetto. Após três meses de apaixonado debate queria entender, assim como todos, a posição do secretário do partido, dado que sem isto aquela maioria seria contraditória e em muitos aspectos confusa. Devo reconhecer que finalmente foi dito o que se pretende fazer, com quem, como e quando. E francamente, depois de ter ouvido e avaliado o conjunto, devo revidar que não estou de acordo. Entendo que não há razões, que não há sequer lógica séria, e de qualquer modo aceitável, para propor dissolver o partido comunista em uma nova formação política.

A proposta de Occhetto tem a seu favor a força dos números. De fato, 65% dos votantes nos congressos das seções se manifestaram favoravelmente. Eu achava e esperava todavia que Occhetto colocasse a questão de forma prudente. Tenho dito e repetido, não por acaso, que a prudência se impõe. E de fato, ainda que seja clara a conclusão do debate, ninguém pode ignorar alguns dados fundamentais.

Em primeiro lugar, que há mais de um milhão de inscritos que não foram aos congressos, não participaram do debate e não votaram. É um dado que não se pode absolutamente ignorar porque se trata de companheiros que, de fato, se confundem com os eleitores, cuja orientação portanto não se pode conhecer exatamente.

Em segundo lugar, porque mais de um terço dos votantes, malgrado as dificuldades que ninguém pode fingir desconhecer (e sobre as quais o amor ao partido nos aconselha silenciar), se manifestou conscientemente contra a proposta. Trata-se de companheiros que não admitem ver o partido comunista dissolver-se e que estão firmemente convictos da necessidade da existência na Itália de uma formação política comunista, de nome e de fato. É uma opinião firmemente enraizada neles, mais do que isso, é uma convicção que não é fácil demover.

Mas o congresso é soberano, diz Occhetto, e soberanas são as suas decisões. Correto. E de fato ninguém contesta o direito de a maioria seguir o caminho que escolher. Mas se esta pretende ter consigo todo o partido não pode querer submeter enormes contingentes de companheiros a uma decisão predeterminada. Occhetto reconhece em seu relatório que não se deve a partir de agora predeterminar a natureza, o caráter, a estratégia do novo partido, do qual no entanto apresentou uma prefiguração bastante precisa: tudo isto será de fato definido pelo processo constituinte. Infelizmente ele não enuncia aquilo que mais conta no caso, que é todo o desaguadouro da constituinte, visto que no seu conjunto deve permanecer intocado, compreendida a hipótese de que possa

dar origem a um novo partido. Por ora esta é, de fato, apenas uma hipótese e deve permanecer como tal mesmo depois do congresso e até o final. Tudo está por ser definido. Está por ser definido não apenas o que deve ser o novo partido, como e com quem deve se formar, mas está por ser definido, ao final e apenas ao final, se efetivamente se deve criar um novo partido.

De resto, creio que não há ninguém neste congresso, entre delegados e convidados, que acredite que se possa decidir hoje que o partido comunista será dissolvido, ou mesmo num período de oito ou nove meses. E não apenas porque para uma decisão de tamanha importância não bastam 18% dos filiados (este é o percentual dos votantes favoráveis à primeira moção sobre o total dos inscritos), mas também porque ninguém pode nem poderá jamais arrogar-se o direito de dissolver um partido quando outros desejam mantê-lo vivo. E portanto a prudência se impõe. Ou deveria se impor. Isto se se pretende caminhar para uma gestão unitária do partido. Não se pode de fato exigir, ninguém pode exigir, que uma minoria tão ampla e qualificada que não está de acordo com aquela solução participe da etapa constituinte renunciando de antemão às próprias bandeiras, que são afinal as bandeiras do partido comunista. Isto não seria unidade mas uma imposição de obediência, não seria co-responsabilidade mas uma espécie de associação subordinada dos vencidos aos vencedores.

Aqueles que nos perguntam se partilhamos da necessidade de uma gestão unitária do partido respondemos que não apenas estamos de acordo mas que nós mesmos a exigimos alto e bom som. Porque esta é necessária em geral e sobretudo em função das eleições que se aproximam, e além disso da própria etapa constituinte. Temos bem claro que a unidade é possível apenas quando se respeita a distinção entre maioria e minoria, apenas quando há pleno respeito às diferenças e aos valores de que são portadores os componentes ideais e políticos que se confrontaram democraticamente neste congresso, o que é bastante proveitoso, e outros que venham a surgir.

A existência de componentes diversos já se constitui em um dado de fato e ineliminável. É hora de regular características, prerrogativas, direitos e deveres, neste congresso mesmo; e isto deve ser feito abertamente, de forma transparente. A experiência ensina que este é o único e verdadeiro caminho para garantir uma vida efetivamente democrática em um partido pluralista, a única alternativa aos riscos de exclusividade e de domínio incontrolável da maioria, transformada ela própria em um componente organizado, que acredita ser, além de tudo, depositária, para todos os efeitos, das decisões organizativas e da direção política.

Voltando à nossa reflexão, reafirmo que não compartilho, pelo mérito, mais do que pela proposta, do projeto do companheiro Occhetto. A crítica mais enérgica que devo dirigir ao secretário do partido é a de ter difundido amplamente dentro do partido e junto à opinião pública a ilusão de que com esta proposta é possível romper o bloqueio da DC e de seus aliados que há 40 anos dominam a situação política, e que é possível garantir a ascensão da esquerda em seu conjunto ao governo do País. Como se até aqui não tivéssemos conseguido chegar ao governo por culpa nossa, dos nossos erros, dos nossos atrasos. Que estes tenham ocorrido, entendamos, mas não que estes por si sós possam explicar as causas de uma contraposição, uma exclusão e uma discriminação que perdura há tanto tempo. Como se em todos estes anos não tivessem existido nem De Gasperi nem Scelba, nem Tramboni nem Gelli, nem Kissinger nem seus embaixadores. Como se Aldo Moro tivesse sido morto por um acidente de percurso. Como se os Agnelli (os vários Agnelli do nosso país) fossem dóceis e gentis como indica seu nome (*). Como se o anticomunismo dependesse do nosso nome e do nosso símbolo e não do fato de que um bloco de forças sociais, econômicas e políticas desejou e deseja manter longe do governo toda perspectiva de mudança de que fomos e continuamos sendo os portadores. E isso não apenas aqui, como se sabe, mas hoje já também em tantos lugares da Europa e do mundo com outras forças progressistas e transformadoras que sequer levam o nome de comunistas.

NÃO FOI APROFUNDADO O EXAME DOS NOSSOS ERROS

Não conheço um só comunista que não queira desbloquear a situação e que não queira que se alcance governo. Mas é pouco produtivo induzir à crença de que se possa chegar a estes resultados mudando a formação política. A menos que se queira mudar de tal forma a sua natureza e objetivos que tornem supérfluas as resistências moderadas e conservadoras. Certamente, anulando-nos a nós mesmos, a nossa razão de ser, a via do governo pode nos ser aberta também logo, mas com ela também a da nossa perdição.

A verdade é que em todos estes últimos anos não quisemos ou não soubemos aprofundar o exame sério dos nossos erros e dos nossos atrasos, das suas causas e das vias para superá-las, realizando sobre nós mesmos uma autocrítica muitas vezes também formalmente feroz mas sempre de fachada; em suma, superficial.

Por que perdemos votos? Por que perdemos votos e consensos, continuamente, de 1979 em diante? A nossa crise eleitoral começa em um período em que não havia ainda nem mesmo a crise polonesa nem a afegã nem o turbilhão dos países do Leste. Desde o momento em que a nossa política é contestada não pelas nossas "co-responsabilidades" com a crise dos sistemas políticos dirigidos em outra parte por partidos comunistas, mas pelas nossas responsabilidades diretas, aqui, a respeito dos problemas da Itália. Perdemos votos entre todas as camadas, mas particularmente entre as camadas populares, por razões que acometem não a nossa imagem mas a substância

Como se o anticomunismo dependesse do nosso nome e do nosso símbolo e não do fato de que um bloco de forças sociais, econômicas e políticas desejou e deseja manter longe do governo toda perspectiva de mudança de que fomos e continuamos sendo os portadores.

cia da nossa política, pelas incertezas daqueles anos (1976-79), nossas e do sindicato, especialmente no campo econômico e social. Pelas hesitações dos anos posteriores como as que tivemos sobre o referendo para a escala móvel. Ainda hoje as nossas dificuldades derivam certamente também de fatores ligados à imagem, às vicissitudes de outros partidos comunistas, às suas tragédias, mas derivam sobretudo da nossa capacidade inadequada de entender coerentemente, positivamente, tantos problemas da realidade política. São dificuldades ligadas à substância, muito mais que à forma.

Tomemos alguns exemplos. Nós saudamos aqui o movimento dos estudantes. Mas se não temos entre os estudantes o consenso que nós esperamos é porque eles sabem que tivemos um posicionamento no mínimo equivocado sobre a Lei Ruberti, e continuamos a tê-lo. Dizemos aqui estar ao lado dos trabalhadores em luta. Pois bem. Mas hoje temos dificuldades graves entre os operários. Nas maiores empresas metalúrgicas ocorreram e ocorrem assembleias tumultuadas, nas quais é contestada clamorosamente a linha do sindicato, a sua plataforma para os contratos, e, com ela, não podemos ignorá-lo, a linha das cúpulas comunistas do sindicato e do nosso partido. São críticas, contestações justas que requerem uma reflexão séria sobre a falta de uma efetiva democracia no sindicato e sobre a debilidade das suas plataformas reivindicativas. É necessário operar no sentido de uma nova democracia consiliar e para uma estrutura da CGIL baseada em correntes de programa, em eleição direta dos funcionários e no fim da incompatibilidade. E é necessário ao mesmo tempo agir para a retomada do movimento reivindicativo, antes de tudo no terreno da reforma fiscal, para inverter a redistribuição de renda que ocorreu nos anos 80 a favor das rendas do capital e da renda financeira. Somente a retomada da dinâmica redistributiva pode dar credibilidade à batalha pela redução generalizada da jornada de trabalho. Mas em tudo isto há uma fraca marca na ação do partido. E grave perplexidade, quando não clara contrariedade, suscita o recentíssimo voto da comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados sobre as pequenas empresas. O referendo sobre a justa causa não deve ser evitado com leis equívocas que não resolvem o problema agudíssimo para milhões de trabalhadores o respeito aos direitos elementares ainda hoje não reconhecidos e não mercantilizados com mortificantes esmolas financeiras. Expressamos solidariedade aos ferroviários na sua luta contra o projeto de desmembramento de 20-30 empregos. Mas os ferroviários não esquecem nossas incertezas, hesitações e ambigüidades sobre o plano Schimberni.

(*) *Agnelli*, em italiano, significa também cordeiros.

Trabalhadores e cidadãos não conseguem explicação sobre por que tem sido tão chorosa, quase inexistente, nossa oposição à lei financeira; por que não estivemos à altura de desenvolver o grande movimento no qual milhões de italianos haviam participado contra a injustiça fiscal, por verdadeiras reformas no campo tributário e no campo sanitário. Hoje — é de ficar atônito — parece que toda a nossa capacidade de luta se reduzem decidir a saída dos comunistas dos conselhos das USL.

Vejo uma avaliação de tipo superestrutural da realidade em que vivemos que nos faz perder de vista as efetivas estruturas em movimento. Arrisca-se a tomar vaga lumes por lanternas, a subestimar êxitos parciais e insucessos graves. Grave para nós e para a democracia italiana é a derrota de Palermo. Grave é a ascensão descontrolada de Berlusconi. Grave é o domínio de Gardini sobre a Enimont.

Perde-se a consciência dos fenômenos estruturais, porque faltou uma análise do bloco dominante. Com a consequência de que não se compreende como se movem as coisas, quem está conosco, quem está contra nós, com quem devemos estar, contra quem devemos ser. Já existe até a teorização de que não há mais inimigo.

A meu ver, ao contrário, na última década desenvolveu-se um processo que modificou profundamente as relações de poder entre as classes e os equilíbrios políticos, chegando a formar e a consolidar um bloco de forças moderadas que encontram a sua coesão, antes ainda que no terreno político, no terreno econômico e social e na adesão a precisos modelos culturais e nas consequentes escalas de valores. A reestruturação econômica modificou as agregações e favoreceu a formação de um moderno compromisso político. Este processo encontrou o seu elemento fundante na redescoberta da empresa como potência que age em escala mundial, unificando em si os aspectos produtivos, sociais e políticos. Em termos culturais, deu lugar à exaltação do mercado como único elemento regulador da eficiência e da retomada dos egoísmos individuais como elementos propulsores.

A economia dominou a política entendida como capacidade projetiva, colocando assim em crise a própria concepção da democracia como participação e autogoverno, como controle dos poderes. Devemos mudar. De acordo. Mas somos capazes, o projeto de Occhetto é capaz de retomar uma concepção elevada da política como algo que tem a ver com o destino do Homem? Não me parece.

A meu ver há, antes, em Occhetto e no seu grupo de colaboradores uma visão que carrega o caruncho do chamado pensamento débil. Também para nós as ideologias acabaram verdadeiramente. Na realidade o que é declarado pelo capitalismo é o fim das outras ideologias: mas o capitalismo permanece, e com a sua ideologia. Somos nós que enfim, nesta emulação pós-moderna, e pós-comunista, renunciamos a toda caracterização ideal. Tudo muda no mundo, na Europa, na Itália. Também nós devemos mudar para acompanhar os tempos em que vivemos. Mas o novo não é o efêmero, o ser moderno não significa estar na moda. O risco grave, repito, é o de perder a percepção do que realmente acontece.

Tomemos a política externa. O governo italiano está atrasado em relação às agitadas novidades destes meses. Diante da nova realidade, caracterizada pelo rápido fim da guerra

Em termos culturais, esse processo deu lugar à exaltação do mercado como único elemento regulador da eficiência e da retomada dos egoísmos individuais como elementos propulsores.

fria, não nos movemos para o objetivo mais proeminente de todos: agir para a dissolução dos blocos contrapostos. Não se pode esperar atos inovadores somente do Leste. Daqueles países estão chegando muitos. A URSS retira suas tropas das fronteiras, reduz os armamentos, todo dia indica e realiza atos unilaterais sustentados por uma concepção nova e moderna das relações internacionais. Hungria, Tchecoslováquia e Polônia propõem e conseguem superar com atos unilaterais a aliança militar do Pacto de Varsóvia.

E nós? E o Ocidente e a Itália? Por que não devemos colocar em discussão a permanência das bases estrangeiras, as americanas, em nosso território? Por que não devemos decidir uma redução drástica dos armamentos e das despesas militares relativas previstas no orçamento do Estado? Hoje, no relatório de Occhetto, foram retomadas muitas destas questões. Pois bem. Mas quanto atraso em relação às exigências? E estas hesitações, incertezas e erros também de princípio, como sobre a questão dos atos unilaterais sempre repelidos pelo nosso partido, quando já está demonstrado que somente com atos unilaterais podem ser postos em movimento processos incisivos para o fim dos blocos, para a cooperação internacional e também para a promoção de resultados concretos e positivos das ainda necessárias conferências internacionais. E que defasagem entre palavras e fatos. Em relação aos F16, em todo caso, estamos ainda nas palavras. Para a OTAN não se perfilam iniciativas. Sobre a Alemanha, os fatos varreram todas as incertezas que estavam presentes na moção de Occhetto e de Napolitano, que tem somente poucos meses, e cancelaram as hipóteses, mais que surpreendentes, inconsistentes do nosso ministro-sombra das Relações Exteriores. Não me parece, ainda agora, que o nosso grupo dirigente tenha uma plena compreensão da gravidade da situação internacional. A denúncia sobre as vicissitudes dos países do Leste é necessária. Mas não basta. Não basta denunciar. É necessária uma iniciativa. E tanto nas relações com aqueles países para favorecer, com o desdobramento de uma política de cooperação internacional, o desenvolvimento do processo renovador — que espero não signifique por nenhum prenúncio o retorno do capitalismo naqueles países — quanto nas relações entre nós, aqui na Europa Ocidental, onde se perfila uma ofensiva maciça dos setores mais fortes. Um gélido vento de moderantismo sopra no mundo, da Europa à Nicarágua. Tendo faltado, ou tendo sido reduzido, o efeito do contrapeso mundial representado (para o bem ou para o mal) pela URSS e pelo Pacto de Varsóvia, antevê-se a determinação de um desequilíbrio internacional muito grave. Em campo há agora uma única potência mundial e por isso ainda mais arrogante. O perigo é iminente, aqui, na América Central, em qualquer continente. Cabe a nós, movimento operário, a nós, forças democráticas e de esquerda da Europa Ocidental, agir para

bloquear o avanço hegemônico das forças já hoje dominantes nos campos da economia, das relações sociais, da cultura, dos hábitos de vida. Cabe a nós, na nova realidade do mundo, levantar os olhos, não baixá-la, e não fugir diante do tufão.

NO FUNDO, UMA VISÃO EDULCORADA DA REALIDADE

E no entanto, enquanto sobre a OTAN ainda balbuciamos, enquanto não conseguimos nos libertar de uma antiga visão eurocêntrica, como resposta resolutiva indicamos a nossa adesão à Internacional Socialista, que é notoriamente coisa velha, superada, que não corresponde às exigências atuais, inteiramente novas, de uma coordenação de todas as forças progressistas e de esquerda, socialistas, comunistas, do Leste e do Oeste da Europa e dos outros continentes.

No fundo está, digo agora, uma visão superficial, edulcorada da realidade, a falta de qualquer análise já não digo de classe mas rigorosamente materialista dos fenômenos desta época, substituída por expressões e motivações no mínimo discutíveis, diria de tipo místico, que levam a abdicar diante do domínio do capitalismo que já se reconhece como eterno, esperando que se torne democrático. Referi-me a fatos, a coisas, como vêem, porque é minha convicção profunda que sobre os fatos e nas coisas que se conquistam e reconquistam consensos, se modificam as relações de força, se desbloqueia a situação italiana. E em vez disso nos atrasamos em pregar a alternativa como mera proposta de alinhamento, como uma taumatúrgica solução de governo capaz de impelir a DC para a oposição, mais que como processo que funda raízes em uma maior capacidade de antagonismo, em condições de agregar forças diversas, recompondo o novo tecido de conexão no âmbito social e abrindo caminho para alianças políticas mais avançadas.

A alternativa é vista como instrumento para superar a nossa pretensa incapacidade de nos apresentar como força de governo. Esta visão torna-se com a proposta de Occhetto uma martelante campanha sobre a necessidade de aliança. Ela já determinou o estrago de fazer com que companheiros passassem, em curto espaço de tempo e de maneira acrítica, daquilo que podia ser em alguns casos um vício de oposição a uma espasmódica ânsia de entrar no governo. Não se quer compreender que a efetiva restrição aos espaços de democracia e o reforço do bloco moderado requerem uma acentuação da nossa caracterização de força de mudança em condições de devolver a confiança, ou a esperança, a quantos não pretendem se conformar com as forças dominantes.

Deste modo, por outro lado, podem ser derrotadas perigosas e estéreis tendências de entrincheiramento. Não é um simples ato, ainda que clamoroso, que pode romper o cerco moderado. Ao contrário, deve ser posta em movimento uma robusta contra-ofensiva social, política e cultural! Não existem atalhos capazes de abreviar os tempos deste processo: qualquer ilusão a respeito seria logo desmentida pelos fatos e poderia lançar todo o movimento em uma condição de frustração e de retirada.

Há muita veleidade na posição de Occhetto. As respostas

A alternativa é vista como instrumento para superar a nossa pretensa incapacidade de nos apresentar como força de governo.

ricas em atenção, ainda que cortesmente negativas, dos verdes, radicais, católicos, interessados em nosso processo de renovação e no entanto zelosíssimos de sua autonomia, evidenciam, pois, que a questão fundamental volta a ser a relação entre PCI e PSI. E também a disponibilidade de Occhetto de reabrir um contencioso em nosso próprio partido que parecia adormecido, quando não resolvido no XVIII Congresso.

Concluindo, devo dizer que, após o seu relatório, Occhetto realizou uma fuga para a frente. Temo que o congresso — já definido em suas orientações — não consiga recolocá-lo no passo certo. Se o congresso, de algum modo, conseguisse condicionar o seu projeto, tudo amanhã será possível. Amanhã, unidos, poderemos retomar a obra para uma renovação profunda do partido, para rever unidos a estratégia, a tática, a posição política e a vida interna. Se isto não for feito, significará que teremos rompido as amarras que nos prendiam ao passado e a grande nave será lançada ao desconhecido, em alto mar, sem bússola, ao sabor das ondas. É certo que nós não ficaremos contemplando. Este é o nosso partido comum. Agiremos nele e com ele para condicionar os efeitos negativos, para influir em sentido positivo. A fase constituinte nos verá empenhados em uma renovada batalha ideal e política.

Somos uma minoria. Mas, seja-me permitido dizer, somos, enquanto minoria, um componente indispensável. Estivemos nestes anos, mesmo em condições — como todos sabem — muito difíceis, contribuindo para desbloquear ou limitar aquela cisão silenciosa que representa ainda hoje o perigo mais grave e real. Somos isto hoje porque representamos uma garantia de coerência e de lucidez; porque representamos uma referência viva e vigilante para quantos continuam a acreditar e a lutar por uma sociedade melhor, por um mundo novo, para quantos não pretendem se conformar com a sociedade dominante. Para quantos são e querem permanecer comunistas, de nome e de fato.

Com os companheiros da segunda moção conduzimos neste congresso uma batalha ideal e política unitária, mesmo na distinção das moções. Agora, com eles e com todos os companheiros que nos conheceram e nos reconheceram como companheiros de uma batalha comum, em qualquer parte da Itália, queremos ir adiante. No passado dividiram-nos juízos e avaliações diferentes sobre os quais cada um de nós pode refletir à luz dos fatos e também do debate. Todos superamos a prova. A nós comunistas e sobretudo aos jovens pertence um futuro que pode ser exultante ainda que carregado de obscuridade e de perigos. Unidos poderemos enfrentá-lo defendendo e renovando a identidade comunista neste grande e glorioso partido.